

A formação graduada em terapia ocupacional nas universidades públicas no estado de São Paulo: o debate sobre a travestilidade e a transexualidade

Roseli Esquerdo Lopes¹, Jaime Daniel Leite Junior²

1. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com Pós-doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo - USP. Professora Titular do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

2. Graduando em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) *leitejrjd@gmail.com

Palavras Chave: *Terapia Ocupacional Social, Travestilidade, Transexualidade*

Introdução

Trata-se de uma pesquisa que se propôs a investigar a formação profissional graduada em terapia ocupacional, tomando-se as universidades públicas no estado de São Paulo, no âmbito da temática de gênero, com recorte na população travesti e transexual. Entendem-se tais gêneros como construções identitárias, criadas para responderem aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada dos mesmos (BENTO, 2008). Para tanto, reuniram-se dados referentes aos projetos político-pedagógicos de cada um dos cursos de graduação (cinco), às entrevistas com suas coordenações e com professores que lidassem com a temática, bem como com os alunos egressos, no período 2014 e 2015. Também compôs o estudo a revisão bibliográfica dos periódicos nacionais indexados da área de terapia ocupacional e a busca dos textos que articulassem essa temática à terapia ocupacional nas bases de dados acadêmicas de relevância internacional. Paralelamente, foram sistematizadas as políticas públicas voltadas especificamente para a população travesti e transexual. Tal estudo teve como parâmetro o fato que o terapeuta ocupacional tem lidado, na sua prática cotidiana, com questões/situações, presentes na sociedade contemporânea, que têm exigido a criação de novas tecnologias de cuidado e/ou de acolhimento para populações específicas, com necessidades circunscritas à esfera social (BRASIL, 2002; LOPES et al., 2010). Assim, considerando-se que é atribuição do terapeuta ocupacional auxiliar o sujeito em seu cotidiano, na busca por autonomia, participação e acesso a bens sociais, o questionamento que nos guiou foi *se e como* a diversidade de gênero, no recorte mencionado, tem sido pautada na sua formação.

Resultados e Discussão

De forma geral, percebe-se a ausência do debate sobre gênero, especificamente sobre a população travesti e transexual, nos conteúdos das disciplinas e na sala de aula; os alunos que se interessam pela temática são quem propõe o assunto para a discussão. Os espaços do movimento estudantil foram apresentados como local de diálogo. No que se refere à revisão bibliográfica, não foi encontrado nenhum resultado nos periódicos nacionais e nos internacionais, apenas um artigo em que a transexualidade era discutida de forma central. São bastante precárias as políticas públicas que se voltam para as travestis e para as/os transexuais, poucos são os profissionais que se voltam para essa população e isso dificulta o acesso da mesma às ações e aos serviços. Verificou-se, já na fase de convite à participação na pesquisa, assim como no seu transcorrer, o que os

colaboradores denominaram como estranhamento e desconhecimento da temática, do ponto de vista profissional. A cirurgia de transgenitalização ainda é vista como a principal demanda e isso coloca em segundo plano necessidades básicas e mais importantes para os sujeitos travestis e transexuais.

Conclusões

É preciso que a terapia ocupacional construa referências para estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades que cercam o cotidiano das pessoas que vivem a experiência da travestilidade e da transexualidade e se proponha a auxiliar na desconstrução de estigmas que são reforçados e direcionados cotidianamente para esta população. É necessária a produção de conhecimento em terapia ocupacional voltada para a população travesti e transexual, com foco nas estratégias e ações terapêutico-ocupacionais nesse âmbito. É requerido aos terapeutas ocupacionais de forma geral, que se voltem para as questões macrossociais, ampliem seus referenciais teóricos, problematizem os processos de “medicalização” e pensem em tais performances de gênero para além da “patologização” ou do desvio. A busca de conhecimento, teórico e prático, deve acontecer de modo a se ter como centro o que diz tal população, a vocalização de suas demandas e o auxílio a esses sujeitos no processo de fazer valer a sua condição de cidadãos, na construção da autonomia em suas vidas e no exercício da liberdade com relação aos seus corpos.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq na fase inicial e posteriormente à FAPESP pelo apoio para a realização deste trabalho. Agradecemos às Instituições de Ensino Superior onde se dá a formação pública graduada em terapia ocupacional, às coordenações, docentes, alunos/alunas e ex-alunos/alunas que compartilharam conosco essa discussão.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 180 p. (Coleção primeiros passos; 328)

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Resolução CNE/CES 6/2002. Brasília: **Conselho Nacional de Educação**, 2002. 5 p.

LOPES, R. E. et al. Educação Profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 140-147, abr./jun. 2010.